

## ECONOMIA E ESTADO NO BRASIL

Roberto Antonio Deitos<sup>1</sup>

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
rdeitos@uol.com.br

### RESUMO:

Neste artigo tecemos algumas considerações sobre o processo de internacionalização da economia e do Estado brasileiro. Analisamos os elementos constituintes desse processo no período a partir da década de 1980, mediante a análise de como o avanço da vertente do liberalismo social democrata, nos anos 1990, no Brasil, foi marcado pelo aprofundamento do processo de internacionalização. É nesse contexto que a economia, a sociedade, o Estado e as políticas sociais no Brasil são concebidas, intensificando o processo de internacionalização da economia e do Estado brasileiro. As considerações aqui expostas exploram esses elementos a partir de um conjunto de argumentos sustentados por alguns dos intelectuais mais destacados do pensamento social democrata brasileiro e examinam alguns dados do diagnóstico econômico, destacando alguns indicadores do processo de endividamento, remessa de capitais e fluxo de ingresso de investimento direto no país, para compreender as relações e o processo de mediações que envolvem e revelam a internacionalização da economia e do Estado brasileiro, particularmente nos anos 1990.

**Palavras-chave:** Economia e Estado no Brasil. Liberalismo e Estado.

## ECONOMY AND STATE IN BRAZIL

### ABSTRACT:

In this article we make some considerations about the economics internationalization process and of Brazilian State. We analyze the constituent elements of this process in the period from 1980 decade, by the analysis of how democratic social liberalism under discussion progress in 90s, in Brazil, it was printed by the internationalization deepen process. It's in this context that economy, society, State and the social politics in Brazil are conceived, intensifying the economy internationalization process and of Brazilian State. The considerations exposed here explore these elements from a set of arguments supported by some of the most stood out intellectuals of the social democratic Brazilian thought and they examine some data of the economical diagnosis, highlighting some indicators of the debt process, the capital remittance and the entry flux investment direct in the country, for understanding the relations and the mediations process that involve and reveal the economy internationalization process and of Brazilian State, particularly in 90s.

**Key words:** Economy and State in Brazil. Liberalism and State.

Neste artigo<sup>2</sup> tecemos algumas considerações sobre o processo de internacionalização da economia e do Estado brasileiro. Busca-se compreender os elementos constituintes desse processo no período a partir da década de 1980, mediante a análise de como o avanço da vertente do liberalismo social democrata, nos anos 1990, no Brasil, foi marcado pelo aprofundamento do processo de consolidação daquilo que se

convencionou chamar de globalização, processo sustentado politicamente pelo neoliberalismo. Esse processo foi desenvolvido pelo capital para dar conta de uma fase da crise estrutural do capitalismo atual. É nesse contexto que a economia, a sociedade, o Estado e as políticas sociais no Brasil são concebidas, imbricando os interesses internos e externos, sob o controle social das classes hegemônicas nacionais, consolidando-se a alternativa liberal no país e intensificando o processo de internacionalização da economia e do Estado brasileiro.

As considerações aqui expostas exploram esses elementos a partir de um conjunto de argumentos sustentados por alguns dos intelectuais mais destacados do pensamento social democrata brasileiro e examinam alguns dados do diagnóstico econômico, destacando alguns indicadores do processo de endividamento, remessa de capitais e fluxo de ingresso de investimento direto no país, para compreender as relações e o processo de mediações que envolvem e revelam a internacionalização da economia e do Estado brasileiro, particularmente nos anos 1990.

Ao contrapor-se ao que chama de saber convencional de cunho neoliberal e ultraliberal ou populista, Bresser-Pereira defende que, para o país alcançar o desenvolvimento auto-sustentado,

Existe uma alternativa para esses dois saberes – a alternativa social-democrática ou social-liberal – que passa pela desagradável tarefa de enfrentar com franqueza a incongruência distributiva que hoje está na base da crise brasileira, firmar um contrato social amplamente debatido ao nível da sociedade civil que garanta uma distribuição mais justa dos benefícios do desenvolvimento daqui para frente e, assim, superar a incompatibilidade distributiva que está na base do desequilíbrio macroeconômico estrutural da economia brasileira (2003, p. 364).

O processo de avanço do neoliberalismo brasileiro ganha destacada expressão na vertente do liberalismo social democrata que, desde o início da década de 1980, ganha significativo espaço político e econômico no país, e, na perspectiva de um de seus maiores ideólogos, já

Era indiscutível que o Estado estava em crise e, portanto, precisava de reformas orientadas pelo mercado, mas reformas que o fortalecessem, não que o fragilizassem. Tratava-se de reconstruir o Estado ao mesmo tempo em que se dava maior força coordenadora da economia para o mercado. Tratava-se, por exemplo, de abrir nossa economia para que as empresas pudessem ser expostas à competição internacional, de privatizar setores competitivos como a siderurgia e a petroquímica, fazer a reforma gerencial do Estado, a reforma da previdência, a reforma tributária, a reforma política. Nossas elites, como não haviam compreendido o colapso do modelo de substituição de importações quando este se delineou, não perceberam agora que a crise do Estado era apenas cíclica e aceitaram as idéias ultraliberais sem crítica ou então permaneceram em uma atitude puramente populista de quem não percebe que a crise, embora cíclica, era real. [...]. A maioria dos membros das elites brasileiras aceitou as reformas e o ajuste fiscal previsto no Consenso Washington, que, embora necessárias, deviam ser adotadas com mais moderação e deviam ter como objetivo não reduzir o Estado ao mínimo, mas reconstruí-lo. [...] (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 229).

Essas expectativas políticas e econômicas tomam envergadura durante o governo Itamar que, sob o comando do ministro Fernando Henrique Cardoso, consolida uma estratégia fundamental ao implantar o Plano Real. Os *fundamentos* da crise brasileira, segundo Bresser-Pereira, já haviam sido detectados no momento em que,

[...] até 1987, quando ocupei o Ministério da Fazenda, as elites brasileiras imaginavam que se tratava de uma crise de balanço de pagamentos. Aos poucos, porém, foi se tornando patente que a crise não era apenas das contas externas, mas do Estado – uma crise fiscal do Estado e, mais amplamente, do modelo desenvolvimentista [...].

Na verdade, conforme tentei alertar em 1987, no Ministério da Fazenda, começava então a Grande Crise brasileira, uma crise aparentemente sem fim, que dura até hoje (início de 2003). Há mais de vinte anos o Brasil encontra-se semi-estagnado no plano econômico: sua renda *per capita* cresce a cerca de 1% por ano, quando, nos trinta anos anteriores, crescia a quase 4% ano. Nos primeiros catorze anos, o país viveu em regime de alta inflação. Nos anos seguintes, após o Plano Real haver, em 1994, neutralizado a inércia inflacionária e, assim, estabilizado os preços, viveu em constante desequilíbrio de balanço de pagamentos e novamente se endividou no plano interno e externo (2003, p. 227).

Fiori, ao examinar – *criatura e criador* – o instrumento econômico e ideológico chamado de Plano Real, criado sob a égide do neoliberalismo, observa que

Poucos ainda têm dúvida de que o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, integra a grande família dos planos de estabilização discutidos na reunião de Washington, onde o Brasil esteve representado pelo ex-ministro Bresser Pereira. E aí se inscreve não apenas por haver sido formulado por um grupo paradigmático de “tecnopols”, mas por sua concepção estratégica de longo prazo, anunciada por seus autores, desde a primeira hora, como condição inseparável de seu sucesso no curto prazo: ajuste fiscal, reforma monetária, reformas liberalizantes, desestatizações, etc, para que só depois de restaurada uma economia aberta de mercado possa dar-se então a retomada do crescimento.

Neste sentido, os seus “tecnopols”, como bons aprendizes, sabem que a dolarização inicial da economia será sempre um artifício inócua se não estiver assegurada por condições de poder inalteráveis por um período prolongado de tempo.

Desde este seu ponto de vista, aliás, o Plano Real não foi concebido para eleger FHC, foi FHC que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalização de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e dar viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial (1994, p. 6).

Imbuído da “missão” que empreendia, o presidente Cardoso dizia:

[...] compreendemos que o desafio do desenvolvimento exige intenso trabalho interno. As reformas são bem conhecidas: a estabilização econômica num quadro de equilíbrio de contas públicas, a privatização e a liberalização comercial, a criação de infra-estrutura adequada e de um sistema financeiro ágil e moderno, a disponibilidade de qualidade gerencial, a recondução do Estado ao seu campo prioritário de atuação na

prestação de serviços básicos, em particular em educação e saúde (1995, p. 154-155).

O processo político e econômico desencadeado na década de 1980, mostrando um pouco do quadro do “*novo desenvolvimentismo*”, nome refinado que o social-liberalismo deu ao “*mais político dos temas econômicos*”, cunhado para dissimular os ajustes estruturais defendidos e implementados, pode ser revelado no quadro apresentado por Belluzzo:

São quase vinte anos de baixo crescimento econômico, de evolução lenta ou mesmo estagnação dos rendimentos das camadas mais pobres e de bloqueio dos canais que permitiam ou prometiam a ascensão social. Tais tendências, já observadas na década de 1980, foram acentuadas pelas políticas propostas por Collor e depois empreendidas pelo professor Cardoso, a conselho das classes proprietárias locais e de seus aliados estrangeiros. Há quem se irrite com a menção ao Consenso de Washington como origem e destino das políticas liberais na América latina. A irritação é sintoma da miopia interessada. Basta olhar em volta e observar que as novas estratégias de “*integração*” à economia mundial e de “*modernização*” das relações entre Estado e mercado foram iguais em todos os países e produziram os mesmos resultados sociais desastrosos (2002, p. 25).

Os detentores da mais nova “*missão*” de integração da economia e sociedade brasileiras ao “*moderno e globalizado mundo*” há muito tempo discutiam os pesados danos e as “*alternativas possíveis dessa integração moderna*”.

Bresser-Pereira, por exemplo, como uma prescrição das *elites não alienadas* que, em fins do governo Sarney e início do governo Collor, ao tratar da crise brasileira, já entendia que

[...] a sociedade abrirá os olhos para a crise. Em conseqüência, as reformas econômicas e o ajuste fiscal ganham impulso no governo Collor. Será esse governo contraditório, senão esquizofrênico, que dará os passos decisivos no sentido de iniciar as necessárias reformas orientadas para o mercado [...] (2003, p. 323).

Entretanto, antes ainda, Bresser-Pereira realiza uma análise, muito conveniente analiticamente, de que a crise do início de 1980 deveu-se ao fato de que: “[...] o sistema financeiro internacional recusou-se a continuar financiando o expansionismo populista iniciado em agosto de 1979, não restou outra alternativa para o país senão iniciar um severo processo de ajustamento, completado, em 1983 [...]” (2003, p. 233).

Já Cardoso, ao empreender uma interpretação da formação da *burguesia nacional*, na década de 1970, compreendia que o processo de formação da *burguesia nacional*

[...] levaria à formação de grupos econômicos que incluem setores industriais, setores de serviços, setores financeiros e setores agrários, como um recurso adaptativo normal para o desenvolvimento capitalista num País que sofre os impactos de um processo de rápida “*substituição de importações*” [...] (1997, p. 88).

Considera ainda que, na formação dessa *burguesia nacional*, ocorreu

[...] o entrelaçamento não só genético, mas estrutural-funcional do setor urbano-industrial da economia brasileira com os chamados setores tradicionais, um dos supostos da “aliança desenvolvimentista” tem seu alcance limitado no jogo de cartas marcadas da política de desenvolvimento a “burguesia nacional”, assim concebida, não alça vôos do largo curso, em que pese a velocidade crítica que ao processo histórico possam imprimir os setores estatais populistas (CARDOSO, 1997, p. 89).

Ao analisar pesquisas (Cf. CARDOSO, 1997, p. 91) disponíveis sobre a formação e a composição dos grupos econômicos na década de 1960 e ao considerar “grupos econômicos” como “todo conjunto estável e relativamente poderoso de firmas interligadas pelo capital e o poder de decisão de dirigentes comuns”, apresentava uma análise da composição dos grupos nas atividades industriais e não industriais, onde aparece a participação dos grupos multibilionários e o seu controle sobre esses setores (24 grupos nacionais e 29 estrangeiros e 2 mistos) (Cf. CARDOSO, 1997, p. 90). Nos setores não industriais (exportação, importação, bancos, seguros, serviços industriais e investimentos), o controle nacional correspondia a 33,4% e o estrangeiro a 21,8%; já nos setores industriais de consumo não durável, o controle nacional ficava em 33,2%, o estrangeiro em 17,2%; na indústria de consumo durável, o controle nacional ficava em 4,2% e o estrangeiro em 24,1%; no setor indústria de mecânica pesada, o controle nacional ficava em 4,2% e o estrangeiro em 13,8%; já na indústria de base, o controle nacional ficava em 25,0% e o estrangeiro em 79,1% (Cf. CARDOSO, 1997, p. 93).

Na composição dos grupos econômicos como grupos bilionários em setores industriais e não industriais, o controle nacional nesses últimos setores ficava em 35,2% (19 grupos) e o estrangeiro em 13,8% (4 grupos). No setor industrial de consumo não durável, o controle nacional ficava com 37% (20 grupos) e o estrangeiro com 31,0% (9 grupos); no setor industrial de mecânica pesada, 5,5% (3 grupos) e o estrangeiro com 17,2% (5 grupos); o setor de indústria de base de controle nacional com 9,2% (5 grupos) e o estrangeiro com 20,7% (6 grupos), totalizando no setor industrial sob controle nacional 64,8% (35 grupos) e o estrangeiro, 86,2% (25 grupos) (Cf. CARDOSO, 1997, p. 94). A composição dos setores industriais e não industriais correspondia a 54 grupos sob o controle nacional, e 29 grupos sob o controle estrangeiro. Ainda de acordo com os dados analisados pelo autor (Cf. CARDOSO, 1997, p. 95), as forças econômicas estrangeiras na composição dos grupos multibilionários e bilionários hegemonomizam a origem do capital estrangeiro na composição dos grupos econômicos e nos grupos multibilionários. Nesse conjunto, o capital norte-americano perfazia 30% do total dos grupos multibilionários e, de igual modo, quase a metade dos grupos bilionários eram norte-americanos. Os dados apresentados e analisados pelo autor (Cf. CARDOSO, 1997, p. 95-96) davam, portanto, conta de que o processo de internacionalização da economia brasileira se aprofundou a partir da década de 1960. Mais relevante que o número de grupos econômicos na composição nacional e estrangeira é a sua composição no domínio de capital dos setores, demonstrando que o capital estrangeiro já detinha maior concentração no conjunto dos setores. E, especialmente nos setores considerados mais dinâmicos da indústria, a participação dos grupos internacionais era mais evidente.

Além dessas considerações, o processo de internacionalização econômica é mais profundo ainda quando se leva em conta que:

Por fim, é de ressaltar quando se consideram as associações entre os grupos que na pesquisa em discussão foram considerados *nacionais* com grupos estrangeiros, que se estabelece uma nítida tendência à associação

entre capitais, pois, no caso dos multibilionários, 62,8% dos grupos nacionais apresentam ligações (variáveis) com grupos ou empresas estrangeiras, enquanto, no caso dos grupos bilionários 46%, mantinham algum tipo de associação acionária com grupos ou empresas estrangeiras em alguma de suas empresas. [...] (CARDOSO, 1997, p. 95, grifo no original).

#### Decorrência do processo de formação da *burguesia nacional*, para Cardoso

[...] a industrialização brasileira se deu em termos tais que o conjunto das classes proprietárias beneficiou-se de uma taxa acentuada de exploração do conjunto das classes populares. Nestes últimos setores vinculados à economia mais moderna apenas puderam manter seu padrão de consumo, sem beneficiar-se em proporção correspondente ao aumento do produto real [...] (1997, p. 103).

Em razão de sua formação e composição, a burguesia nacional, historicamente, “À medida que a pressão popular tendeu a generalizar-se, atingindo as áreas assalariadas agrícolas e os setores urbanos não industriais, a burguesia passou a assumir posições claramente antipopulistas” (CARDOSO, 1997, p. 103).

Por isso, de fato, como revelava Cardoso, na década de 1960, a *burguesia nacional* sempre esteve presente

[...] na reconstituição do sistema de alianças desde a derrubada do governo Goulart, viu-se claramente que importantes setores industrial financeiros articularam o golpe e se propuseram à busca de uma posição hegemônica. Atacam tendo por objetivo uma política de desenvolvimento que permitisse inversões externas e marginasse os setores populares do sistema de decisões, como condição básica para acelerar a formação interna de capitais e assegurar seu controle através de grandes unidades produtivas monopólicas: estrangeiras, nacionais e, eventualmente, estatais. Obviamente, para estes grupos, o que perde sentido é o enfrentamento antagônico entre burguesia nacional e grupos estrangeiros. A idéia de grande empresa internacional, eventualmente, quando não preferentemente, associada a grupos internos, substitui, na ideologia desenvolvimentista-entreguista, a idéia do monopólio estatal como base de desenvolvimento, predominante na ideologia nacional-populista. Por outra, a idéia de “independência econômica” foi substituída pela de “interdependência”, que expressa as novas relações interempresariais e dissimula o conteúdo político economicamente dependente dessas relações (1997, p. 107-108).

Essas interpretações apenas constata as relações originárias de parte considerável do empresariado brasileiro com suas raízes no setor rural, financeiro e imobiliário, e composto *geneticamente* de raízes externas. Nesse aspecto, como afirma Celso Furtado (1985), a colonização brasileira já ocorreu em um processo comandado pela empresa colonizadora, sob o domínio do mercantilismo. A composição do empresariado ou de uma burguesia tipicamente nacional não ocorreu, portanto, de um processo originário de desenvolvimento industrial, como resultado dinâmico da ruptura das antigas formas de produção econômica, mas do entrelaçamento dos interesses internos e externos das classes detentoras do poder econômico e político.

As alianças, táticas e estratégias da *burguesia nacional*, em razão dessa formação e composição peculiar como fração da classe dominante local, só permitem fazer, portanto, alianças provisórias com a classe dominada – e alianças *conciliatórias* sempre *em defesa de seus próprios interesses* –, para continuar a mover-se na direção da repartição disputada que faz de parcela da acumulação de capital, não tendo, portanto, jamais o caráter de suplantar o modelo de relações econômicas e ideológicas capitalistas, nem desejando romper com o capital internacional compósito de sua própria gênese. Quando as contradições do processo colocaram as camadas populares em processo de maior confronto, na disputa e dinâmica que as contradições capitalistas expõem, revelando o seu caráter pragmático e o seu discurso social-liberal ou, o que é a mesma coisa, progressista, pendeu, portanto, sempre para a composição e articulação do pacto conservador, condição da sua própria existência como fração da classe dominante.

Cardoso (1993, p. 232-233) diagnosticava, sobre os impasses do regime militar, em fins da década de 1970, as possíveis condições que levavam a moldar um sistema mais aberto, e concebia como solução possível, somada às lutas sociais, sindicais e partidárias, o do fortalecimento “centro-direita”, como uma saída possível para avançar na democratização do próprio Estado brasileiro.

O intelectual Fernando Henrique Cardoso vinha desde sempre examinando a composição das classes dominantes e buscava politicamente compreendê-las, como, com muita disposição intelectual, o fez. Efetivamente, a partir do final da década de 1980, com a fundação do PSDB, com o lema partidário: “*Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido*” (PSDB, 1988, p. 1), pode dar maior vazão e materialidade para a sua compreensão econômica e política, dirigindo as alianças e as conciliações, e fomentando o neoliberalismo e os pactos das classes dominantes, e dando vazão teórica ao que as **elites não alienadas** cunharam como sendo o *novo desenvolvimentismo* (Cf. BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 415-419), constituindo a mais nova tese de um processo geneticamente explicável, examinado por Fiori (2001, p. 11-27), do que se pode patentear de *cosmopolitismo de cócoras*, e que as elites intelectualizadas e *não alienadas* (Cf. BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 358-362) manejam com eficiência ao dissuadir o persuadido.

A coerência política “nunca alienada” do social-liberalismo se verte ao examinar o pacto político que foi se constituindo nos governos FHC, ao revelar, com capacidade teórica e ideológica *brilhante*, que:

O fato do novo pacto social excluir os trabalhadores e os pobres não significava que fosse contra eles. Pelo contrário, essa elite burocrática e intelectual no governo, do qual este autor fez parte, estava genuinamente comprometida com uma sociedade menos injusta. Sua concepção de modernidade envolvia uma distribuição de renda menos desigual, que deveria ser alcançada principalmente através de uma política social ativa. O compromisso não era retórico. Basta ver a prioridade que os orçamentos dos ministérios sociais tiveram no governo Fernando Henrique.

Entretanto. Não se imagine que uma situação dessa natureza seja sem custos. A exclusão dos trabalhadores não foi voluntária, mas, ao não lográ-la, o governo ficava sem bases na terra. Ou, colocando o problema em outros termos, a ausência dos setores populares permitia que aumentasse muito a influência dos grupos liberal-conservadores, formalmente representados pelo PFL mas, na verdade, muito mais espalhados dentro do governo e do próprio PSDB. Esses grupos adotavam uma perspectiva que – se distinguirmos neo de ultraliberal – era neoliberal e, por isso, não estavam comprometidos com uma política industrial e tecnológica mais

ativa. E assim, dificultavam a ação do governo, no qual havia grupos, como os que se reuniram em torno da política de educação, de saúde e de ciência e tecnologia, preocupados em dar ao Estado um papel mais ativo e realizador.

O aumento da influência dos grupos liberal-conservadores, facilitada pela ausência dos trabalhadores, levou amplos setores do governo a aceitar a ideologia globalista do fim do Estado-Nação [...] (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 397).

O liberalismo social democrata brasileiro alimenta-se da suposta positividade de um desenvolvimento capitalista – prejudicado pela “crise da dívida externa e a crise fiscal do Estado” – que inevitavelmente levaria ao “amadurecimento” das forças sociais e econômicas, produzindo a modernização da sociedade – “*menos injusta*” – e que supostamente foi “*paralisada*” nos anos 1990 por causa destes dois motivos, razão pela qual o desenvolvimento econômico brasileiro não teria consolidado a preconizada e sistematicamente defendida “*revolução nacional*” na perspectiva liberal renovadora.

Os dois motivos fatalmente expressam problemas reais do desenvolvimento econômico, político e estatal da sociedade capitalista brasileira e sua conexão internacional; são reais e expõem as contradições do modelo. A receita adotada encobre, entretanto, as contradições e acaba resolvendo a questão pela reforma do aparato estatal para que se possa, com mais dinamicidade gerencial, favorecer o mercado e administrar o endividamento externo. Para o liberalismo, a crise estrutural, portanto, não está na base econômica e nas contradições sociais que o desenvolvimento capitalista produz, mas no gerenciamento que o Estado opera ao intervir no processo de acumulação de capital, ao dissimular as contradições que esse processo engendra.

Como afirma Carneiro, a situação estrutural revela que

A década de 1980 foi, para os países da periferia capitalista, um período adverso, caracterizado pelo que se convencionou chamar de crise da dívida. Nesses anos, ocorreu uma deterioração global da situação econômica de tais países, compreendendo uma piora nos termos de troca e um extremo racionamento do financiamento externo, significando para alguns países, sobretudo da América Latina, a transferência de recursos para o exterior em razão do pagamento da dívida externa (2002, p. 115).

Para a economia brasileira, o desdobramento incontrolável do processo de acumulação de capital gerou o aumento da dívida externa bruta. De acordo com dados apresentados por Ricardo Carneiro (2002, p. 88-90), a evolução da dívida externa bruta, no período de 1973-1980, compreende resumidamente o exposto no Quadro XVI:

**Quadro XVI**  
**Evolução da dívida externa – 1973-1980, em US\$ bi, 1973-1980**

| 1973 | 1974 | 1975 | 1976  | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 |
|------|------|------|-------|------|------|------|------|
| 12,6 | 17,2 | 21,2 | 26,00 | 32,0 | 43,5 | 49,9 | 53,8 |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, cf. dados extraídos de Banco Central do Brasil. *Relatório Anual*. (Vários anos), apud CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE-Unicamp, 2002. Prefácio de Luiz Gonzaga de Mello Belluzo (13-26). 423 p., p. 88. (Os dados excluem a dívida de curto prazo).

Esses dados excluem a dívida de curto prazo, que, principalmente a partir do início da década de 1980, gerou uma significativa parcela no volume bruto da dívida externa (composta da dívida registrada e de curto prazo) (Cf. CARNEIRO, 2002, p. 88-90).

De acordo com dados apresentados por Carneiro (2002, p. 88-90), a partir de 1979, a dívida externa bruta aumentou, incluindo os valores de curto prazo, o que aumenta o processo de encilhamento financeiro do Estado brasileiro, gerando um grande volume de papéis e títulos públicos no crescente processo de financeirização e estatização, favorecendo a acumulação de capital. De acordo com o Quadro XVII, a seguir, podemos constatar o volume da dívida externa bruta a partir de 1979:

**Quadro XVII**  
**Quadro dívida externa bruta (registrada e curto prazo), em US\$ bi, 1981-1989**

| 1981 | 1982 | 1983 | 1984  | 1985  | 1986  | 1987  | 1988  | 1989  |
|------|------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 73,9 | 85,3 | 93,5 | 102,0 | 105,1 | 111,0 | 121,2 | 113,5 | 114,7 |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, cf. dados extraídos de Banco Central do Brasil, apud CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE-Unicamp, 2002. Prefácio de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (13-26). 423 p., p. 125 e 130.

Segundo Carneiro (2002, p. 95-96), a partir de 1974, ocorreu um aumento na estatização da dívida externa, tendo o Estado assumido os prejuízos decorrentes da acomodação interna e da sobrecarga do endividamento externo, devido principalmente aos juros e à questão cambial. Além disso, revela o autor outro dado que demonstra a estatização de prejuízos e de benefícios ao setor privado. Trata-se dos créditos geridos pelo Banco Central, através de fundos e programas financeiros. Dados pesquisados dão conta de que somente “[...] Os subsídios estritamente creditícios para agropecuária, exportação e energia constituem parcela crescente dos favores concedidos ao setor privado, dobrando sua participação no PIB de 2%, em 1976, para 4% em 1980 [...]” (CARNEIRO, 2002, p. 99).

De acordo com dados apresentados por Carneiro (2002, p. 99), os fluxos de capitais globais, excluindo reservas e fluxos bancários de curto prazo, abarcam, em médias anuais em bilhões de dólares, um volume nos países considerados desenvolvidos e subdesenvolvidos da ordem de quase 600 bilhões de dólares em 1985-89, e de pouco mais de 150 bilhões de dólares em 1975-79. O volume movimentado pelos países desenvolvidos atingiu, no período de 1985-89, mais de 80% dos fluxos e, no período de 1975-79, chegou a quase 75% do volume mobilizado dos fluxos de capitais. Nos países desenvolvidos predomina o fluxo através do setor privado, e nos países *subdesenvolvidos* predomina o fluxo através do setor público. Essa situação, da dominância dos fluxos de capitais via setor público, nos países periféricos, que no período de 1985-89 acomodaram mais de 70% dos fluxos de capitais, demonstra explicitamente a estatização das transações financeiras, a sobrecarga e a acumulação de capital, tendo no Estado o parceiro predileto e o avalista de risco poderoso, sem o qual o capital não subsiste.

O processo que se aprofunda na década de 1980 contraditoriamente expõe a própria fratura que o capital, sob a dominância do capital financeiro internacional, impõe sobre a economia brasileira.

Depois da ruptura do mercado internacional de crédito em 1982, abre-se, após 1983, um período de crescente transferência de recursos ao exterior. Inicialmente, em 1983 e 1984, essas transferências realizam-se no âmbito de um racionamento ainda maior de novos créditos, desta feita supervisionado pelo FMI. Depois de 1985, o racionamento converte-se

em supressão absoluta de novos financiamentos, implicando pagamentos crescentes ao exterior (CARNEIRO, 2002, p. 121).

A articulação das finanças ganhou maior qualidade com o processo intermediado pelos organismos financeiros internacionais, possibilitando que o enquadramento dos países aos ditames requeridos pelos ajustes estruturais fossem equacionados e direcionados política, econômica e ideologicamente. Na direção dessa estratégia,

Os novos ingressos, portanto, advêm principalmente das agências governamentais e dos organismos multilaterais, com destaque para o FMI, sob cuja supervisão o processo de reestruturação da dívida foi realizado. Essa reestruturação implicou, assim, o aumento da participação dessas agências e organismos multilaterais, como forma de viabilizar a retirada parcial dos bancos comerciais [...] (CARNEIRO, 2002, p. 121).

A estratégia que vinculou a articulação da dinâmica do capital financeiro internacional, sob a proteção dos *modernos executivos do capital*, apenas reforça a consistência do processo de internacionalização da economia brasileira, e as transferências líquidas de capitais e a remessa de lucros e dividendos do Brasil ao exterior são a demonstração dessa situação (Cf. CARNEIRO, 2002, p. 133-134).

Ainda de acordo com Carneiro, o movimento de capitais no Brasil, no período de 1993-2000, ganhou impulso e cresceu significativamente. Só para ilustrar esse crescimento, em 1992, o fluxo de capitais foi de pouco mais de 30 bilhões de dólares e, em 2000, chegou a quase 120 bilhões de dólares, tendo ainda, no ano de 1998, atingido quase 150 bilhões de dólares (2002, p. 275).

Outros dados investigados por Carneiro (2002, p. 227) dão conta de que situação semelhante ao de crescimento do fluxo de capitais ocorreu com o IDE – Investimento Estrangeiro Direto bruto no país, que, no período de 1992-2000, resumidamente, apresentou o seguinte quadro:

**Quadro XVIII**  
**Investimento Direto Estrangeiro – IDE, em US\$ bi, 1992-2000**

| 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1,3  | 0,9  | 2,4  | 5,5  | 10,5 | 18,7 | 28,5 | 31,4 | 33,6 |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, cf. dados extraídos de Banco Central do Brasil, apud CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE-Unicamp, 2002. Prefácio de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (13-26). 423 p., p. 227.

Outro dado importante apresentado no trabalho de Carneiro (2002, p. 282), e que expressa o fluxo de capitais, é o apresentado pelas operações com clientes, na conta de não residentes no Brasil, que, no período de 1990-2000, revela significativo aumento da remessa de lucros. Pode-se constatar o fluxo de capitais que ingressaram e saíram do Brasil, conforme consta do Quadro XIX a seguir:

**Quadro XIX**  
**Ingresso e Remessa de Capitais (conta não residentes, operações com clientes), em US\$ bi, 1990-2000, Brasil**

| Fluxo    | 1990  | 1991  | 1992  | 1993  | 1994  | 1995  | 1996  | 1997  | 1998   | 1999  | 2000   | Total   |
|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|--------|---------|
| Ingresso | 2.146 | 2.250 | 3.624 | 2.844 | 4.377 | 6.816 | 4.855 | 4.928 | 5.185  | 5.446 | 6.188  | 46.659  |
| Remessa  | 2.351 | 1.514 | 1.581 | 2.337 | 3.054 | 4.692 | 6.230 | 7.609 | 12.122 | 6.427 | 79.931 | 127.848 |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, cf. dados extraídos de Banco Central do Brasil. *Análise do Mercado de Câmbio*, apud CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE-Unicamp, 2002. Prefácio de Luiz Gonzaga de Mello Belluzo (13-26). 423 p., p. 282.

Dados do referido quadro demonstram que o fluxo de capitais oriundos das operações com clientes, da conta de não residentes, resultam em volume elevado de remessa de capitais para o exterior, superando quase três vezes o ingresso dos mesmos, ou seja, a remessa (oficial) de capitais foi 274% maior que o ingresso.

De acordo com dados analisados por Carneiro (2002, p. 285), a concentração do mercado acionário à vista no Brasil, no período de 1991-1997, permanece sob controle das dez maiores empresas existentes no país, que sozinhas dominam 80% do mercado de ações. A maior empresa, sozinha, dominava em 1991 41,2% do mercado, já em 1997 dominava 55,9%. Se essa mesma análise for tomada com relação às cinco maiores empresas a concentração do mercado acionário supera os 70%.

Uma explicação para a mudança na propriedade das empresas foi a grande expansão do IDE, dinamizada pelas privatizações, fusões e aquisições transfronteiriças. De acordo com Carneiro (2002, p. 285), esse processo, inerente à fase de acumulação de capital, avançou e aprofundou-se nos países periféricos nos anos de 1990.

Para Carneiro (2002, p. 335-340), o processo de aquisições e fusões de empresas, tendência inerente ao capitalismo, gerou uma redução do número de produtores em cada um dos ramos da economia, redução da concorrência e, com a privatização de serviços públicos, a formação de monopólios privados, ocasionando graves problemas nessas áreas. Somente a propriedade das 100 maiores empresas no Brasil, sob o domínio estrangeiro e o domínio estrangeiro compartilhado, no ano de 1998, correspondia a 59% da receita, no conjunto das 100 maiores, correspondendo a 57 empresas. Isso representou um crescimento significativo em relação ao ano de 1990, quando, no conjunto das 100 maiores empresas, o capital estrangeiro e o estrangeiro compartilhado detinham 30% da receita e 32 empresas faziam parte do universo das 100 maiores. As empresas estatais, em 1990, eram compostas de 38 empresas e detinham 44% da receita, para, no ano de 1998, congregar 21 empresas e deter apenas 21% da receita do conjunto da amostra das 100 maiores. Na empresa de propriedade familiar também ocorreu uma desnacionalização, sendo que, em 1990, 27 empresas detinham 23% da receita e, em 1998, 26 empresas familiares detinham apenas 17% da receita. Como uma decorrência desse processo, gerou-se intensa desnacionalização da propriedade das empresas e do conjunto da economia brasileira, e alargou-se a internacionalização do conjunto da economia e dos setores econômicos estatais.

Avançou, portanto, a desnacionalização e a internacionalização da economia e do Estado brasileiro, engendradas pela consumação da política (neo)liberal do governo FHC, e que se apresenta de forma substantiva no cardápio do (neo)liberalismo do governo Lula, já que as políticas adotadas pelo atual governo não representam um rompimento com os principais pressupostos da política (neo)liberal adotada pelo governo FHC, como motivadora da inserção e competitividade da economia brasileira ao globalismo<sup>1</sup>, ditado

---

<sup>1</sup> Cf. FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, 83 p., p. 35-36, é preciso considerar o seguinte: “Não devemos perder de vista que a economia mundial penetrou numa fase de tensões estruturais sem precedentes por sua abrangência planetária. Essas tensões se manifestam desde o começo dos anos 80 nos países do Terceiro Mundo sob a forma de brusca elevação das taxas de juros dos mercados internacionais e de intensa drenagem de capitais para os Estados Unidos [...]. [...] os Estados Unidos deixaram de ser o maior credor e provedor mundial de capitais para ocupar a posição de maior devedor. Sua dívida externa supera atualmente 1 trilhão de dólares.”

pelos países centrais do capitalismo, sob a hegemonia dos EUA (Cf. FURTADO, 1998, p. 35-36).

Esse processo é uma marca da miséria do neoliberalismo periférico como a filosofia do *cosmopolitismo de cócoras*, bem ao gosto das classes dominantes locais, ajustadas ao processo de parasitismo especulativo, cultura há muito alastrada nas alianças promovidas quando os interesses em manter a ordem social capitalista o exigem, como parte do compósito e das raízes políticas e ideológicas das nossas classes dominantes.

Desse modo, para Carneiro, a marca dos anos de 1990, para a economia brasileira, foi o

[...] desmonte do antigo padrão de crescimento assentado no tripé empresa estatal-empresa multinacional-empresa nacional privada. A nova configuração da propriedade realça o peso da grande empresa estrangeira. Certamente, a equação das decisões de investimento dessas empresas é distinta das empresas locais em razão mesmo da sua inserção global. Além disso, o processo foi inerentemente concentrador, ampliando a presença dos oligopólios globais no Brasil [...] (2002, p. 340).

Outra constatação desastrosa da “*bem-sucedida política econômica*”, segundo o estudo de Carneiro, é a de que: “A dívida pública interna mostra uma trajetória explosiva após o Plano Real [...]. Seu crescimento de 20 pontos percentuais do PIB em apenas cinco anos só tem paralelo na história econômica do Brasil contemporâneo com aquele da crise da dívida em 1982-1984. [...]” (2002, p. 394). Ainda, de acordo com Carneiro, a dívida líquida total do Brasil correspondia, em 2000, a 50% do PIB (2002, p. 397).

A internacionalização da economia brasileira gerada com o processo de privatizações, processo ocorrido na década de 1990, foi determinante para os ajustes estruturais requeridos internamente e articulados externamente no âmbito da mundialização financeira, ao possibilitar a acumulação de capital e a consolidação do processo de desnacionalização produtiva e do inevitável processo de desemprego estrutural.

Uma análise do contexto econômico e social brasileiro apresentado pelo Banco Mundial (2001) considerava que a bem-sucedida estabilização econômica implantada com o Plano Real havia gerado perdas aos bancos públicos e privados. Outra medida coerente do governo seria, portanto, a implementação de medidas para fortalecer o setor financeiro em razão de que os mesmos teriam perdido, desde de 1994 a 1997, 9 bilhões de dólares por ano, resultado do que chamavam de lucros inflacionários ocasionados pelo Plano Real. Considerava ainda o relatório do banco que esse processo acarretou o surgimento de riscos e ocasionou problemas de falências de vários importantes bancos públicos e alguns privados. Diante disso, revelava o relatório que, com desembaraço, os governos federal e dos Estados assumiram o saneamento de bancos públicos, e a maneira como o governo federal favoreceu o socorro a alguns bancos privados. Em relação aos bancos estatais, o governo federal e os governos estaduais promoveram o seu saneamento para que pudessem tornar-se *atraentes* para o processo de privatização do seu patrimônio, protegendo, desta forma, o sistema financeiro contra o risco sistêmico, gerando aos cofres públicos maior emissão de títulos da dívida pública e os custos elevados resultantes desse processo que, no ano de 1996, atingiram cerca de 4% do PIB. Somente o Banco do Brasil e o Banespa receberam cerca de 8 bilhões de dólares e 9 bilhões de dólares, respectivamente, em recapitalização federal. Para o saneamento do Banestado – Banco do Estado do Paraná, foram gastos 6 bilhões de reais e o Estado assumiu uma dívida de longo prazo de mais 6

bilhões de reais. Ainda sobre o saneamento dos bancos públicos, o governo federal gastou, até final de 1999, 82 bilhões de reais (Cf. O PARANÁ, 2000, p. 5).

Os ajustes estruturais consagraram como uma de suas estratégias alimentadoras o apoio incondicional ao capital financeiro e a financeirização do próprio Estado, condição indispensável para a realização da acumulação de capital. Os organismos internacionais e as organizações empresariais nacionais convergem, quando se trata da necessidade de reforma estatal, desde que ela seja para a intervenção sempre crescente para a fluidez do mercado. Convergem ainda quando se trata de alimentar necessidades de fluxos de capitais, da necessidade de maior sustentabilidade legal, estatal e judiciária aos requisitos da preservação das relações privadas e da propriedade, sustentadas nas formas de apropriações e ações financeiras.

Mesmo depois de que as *elites neodesenvolvimentistas* foram “*malinfluenciadas*” pelas forças conservadoras e “*forçosamente tiveram que aceitar a ideologia globalista*”, é possível avaliar o governo FHC e os seus feitos sociais:

A principal crítica que seu governo recebeu reiteradamente da oposição – a de não se preocupar com o social – afinal se revelou falsa. Seu governo foi social-democrata, pois, como é característico desse tipo de governo quando chega pela primeira vez ao poder, aumentou a carga tributária e gastou no social. [...]. Nos oito anos do governo Fernando Henrique, a carga tributária cresceu de 27,9% para 33,4% do PIB [...] e parte destes recursos adicionais foi gasto em programas sociais nas áreas da educação, saúde, renda mínima, assistência social, reforma agrária, assistência aos pequenos produtores rurais (a outra parte foi gasta com o aumento do encargo com juros). No final de seu governo é preciso reconhecer que, embora o país continuasse essencialmente injusto, avanços significativos foram realizados na área social. A mortalidade infantil caiu de 48 para 30 por mil nascidos vivos. A taxa de analfabetismo caiu de 19% em 1991 para 13% em 2000. O sistema nacional de avaliação ficará como um marco da educação nacional (Enen, Provão etc.). Imagino que a Reforma da Gestão pública de 1995, da qual participei, será, por sua vez, um marco da administração pública brasileira [...] (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 335).

A *grandiosidade* da política social e econômica do governo FHC não podia deixar de expressar seus mecanismos de *aprimoramento social e econômico*, pois, como constata Bresser-Pereira,

Passados trinta anos, depois do endividamento externo dos anos 1970, irresponsavelmente retomado nos anos 1990, e do endividamento do Estado ocorrido em todo o período, a situação mudou. Agora, dado o novo endividamento externo e o novo endividamento do Estado, a parcela dos rentistas internos e externos aumentou [...] (2003, p. 365-366).

Some-se, a essa constatação, a *positividade dinâmica da economia da crença no mercado* e o seu resultado inevitavelmente perverso na distribuição funcional da renda, que correspondendo ao seguinte quadro:

**Quadro XX**  
**Distribuição funcional da renda – 1969 e 1998 (% do PIB)**

| Descrição | 1969 | 1998 |
|-----------|------|------|
|-----------|------|------|

|                  |      |      |
|------------------|------|------|
| Salários         | 39,4 | 28,8 |
| Lucros           | 38,2 | 46,3 |
| Juros e aluguéis | 22,4 | 24,9 |

Fonte: Cf. Quadro 24 (Anuário Estatístico do Brasil 1973 e 1998, IBGE), p. 366, extraído de Bresser-Pereira, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Ed. 34, 2003. 456 p.

Os dados do Quadro XX são explícitos em apontar que os lucros e os rendimentos financeiros aumentaram e os rendimentos do trabalho diminuíram significativamente, gerando maior concentração e acumulação de capital e, conseqüentemente, de miséria social. Exatamente no período de maior consistência teórica e ideológica do projeto liberal social-democrata, a questão social e econômica foi resolvida pelas conveniências políticas, quando se compreendeu que, se o “*pacto social excluir os trabalhadores e os pobres não significa que fosse contra eles*”, mesmo que, por exemplo, nos anos de 1969 a 1998, se admita tenha ocorrido concentração funcional da renda, aumentos dos lucros, aumento da produtividade industrial em 240% e, hoje, pouco menos da metade (0,46%) dos trabalhadores produz o mesmo PIB (Cf. BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 366-368). Mesmo assim, as elites nada alienadas continuam contando com a possibilidade de um novo pacto com os trabalhadores, particularmente a elite mais intelectualizada que produziu uma refinada teorização política e ideológica do *novo desenvolvimentismo*, fertilizado na vertente do liberalismo social-democrata brasileiro que, ao admitir a realidade, escamoteia as suas contradições, para não inviabilizar sua própria existência política e econômica.

Não por acaso, o historiador José Honório Rodrigues alertava para o fato de que, historicamente, a dominação política e econômica brasileira é movida a pactos.

A ruptura é o momento em que o projeto político não acolhe mais os interesses sociais da maioria do povo.

A ruptura é um macrofenômeno histórico de grande tensão social que rompe os padrões tradicionais de convívio, relações de classe e propriedade. Este rompimento caracteriza a revolução [...]. O Brasil nunca alcançou uma revolução vitoriosa e sempre as revoluções sociais foram esmagadas a ferro e fogo. Nesse sentido a classe dominante foi de uma extrema competência. Soube abafar e destruir as lutas rebeldes populares ou aprendeu, com a conciliação, a desviá-las do seu caminho de ruptura (1991, p. 49-50).

E a história brasileira atual não é diferente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Estratégia de assistência ao país. (Relatório nr.20160-BR, 6 de março de 2000, Tradução: Maria Isabel de A. F. Bandeira Taveira e Marieane Arantes R. de Olibeira, Serviço de Tradução – SIDOC – Senado Federal), 2000. In: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. BARROS, Flávia (Org.) et al. **As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil (2000-2003)**. Brasília: Rede Brasil, 2001, Anexo II.

BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello. Prefácio. In: CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE-Unicamp, 2002. Prefácio de Luiz Gonzaga de Mello Belluzo (13-26). 423 p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Ed. 34, 2003. 456 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A construção da democracia**: estudos sobre a política brasileira. São Paulo: Siciliano, 1993, 276 p.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *In*: **Revista de Economia Política**. São Paulo: Brasiliense, v. 15, n. 4 (60), outubro/dezembro de 1995, (p. 148-155), (Documentos).

\_\_\_\_\_. Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira. *In*: FURTADO, Celso. (Coord.) *et al.* **Brasil**: tempos modernos. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 77-138, p. 88. (Estudos Brasileiros, v. 23).

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE-Unicamp, 2002. Prefácio de Luiz Gonzaga de Mello Belluzo (13-26). 423 p.

DEITOS, Roberto Antonio. **O capital financeiro e a educação no Brasil**. Tese (Doutorado), orientadora Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier. Campinas, SP: FE/Unicamp, fevereiro de 2005.

FIORI, José Luís. O cosmopolitismo de cócoras. *In*: **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, SP: CEDES, Unicamp, Ano XXII, n. 77, dezembro 2001.

\_\_\_\_\_. Os moedeiros falsos. (Artigo) *In*: **FOLHA DE SÃO PAULO**, Jornal. Consenso de Washington x apartheid social. Veja por que os dois conceitos estão em jogo na implantação do real e nas eleições deste ano. São Paulo: Folha de São Paulo, Mais! [ilustrada + livros + ciência], sexto caderno, domingo, 3 de julho de 1994, (p. 1, 6 e 7).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985, 248 p. (Biblioteca Universitária; série 2: Ciências Sociais; v. 23).

\_\_\_\_\_. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, 83 p.

O PARANÁ, Jornal. **Saneamento de bancos custou R\$ 82 bi**. Cascavel, PR, sábado, 9 de setembro de 2000, p. 5, (Economia).

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira. **Manifesto ao povo brasileiro**. “Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido”. Brasília, 25 de junho de 1988.

RODRIGUES, José Honório. Leda Boechat Rodrigues (Org.). Prefácio de Carlos Guilherme Mota. **Ensaio livres**. São Paulo: Imaginário, 1991.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Unicamp/FE. Professor Adjunto do Colegiado do Curso de Pedagogia e do Programa de Mestrado em Educação, Centro de Educação, Comunicação e Artes, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Cascavel. Pesquisador do GEPPEs – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social. Endereço eletrônico: rdeitos@uol.com.br.

<sup>2</sup> Este artigo é parte de capítulo da tese de doutorado intitulada **O capital financeiro e a educação no Brasil**, sob a orientação da professora Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, defendida em fevereiro de 2005, na Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, SP.

Artigo recebido em: 13/11/2007

Aprovado para publicação em: 25/03/2008